

Ressignificações de terra, trabalho e capital em dois assentamentos rurais: uma perspectiva Decolonial

Raphael Otávio Marques Carvalho¹

Diego Luiz Teixeira Boava²

Fernanda Maria Felício Macedo³

Jussara Jéssica Pereira⁴

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi compreender, sob a ótica dos estudos decoloniais, a resignificação dos fatores de produção no MST, bem como analisar essa resignificação nas experiências dos assentados. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, com nove entrevistas com os assentados no estado de Minas Gerais. Para analisar os dados foi utilizado a técnica de análise de conteúdo em que constatou-se a emergência de oito unidades de sentido. São elas, 1) Trabalho antes do assentamento. 2) Vida pregressa. 3) Preconceito. 4) Luta pela terra. 5) Mudança e desenvolvimento. 6) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 7) Futuro; 8) Relação com a terra: plantações.

Palavras-chaves: MST; Terra; Trabalho; Capital; Decolonial; Resignificação.

Land, labor and capital redefinition in two rural settlements: a Decolonial perspective

Abstract: The aim of this research was to understand, from the perspective of decolonial studies, the reframing of production factors in the MST, as well as to analyze this reframing in the settlers' experiences. Therefore, the research has a qualitative approach, with nine interviews with the settlers in the state of Minas Gerais. To analyze the data, we used the content analysis technique in which the emergence of eight units of meaning was found. They are: 1) Work before settlement. 2) Past life. 3) Prejudice. 4) Fight for the land. 5) Change and development. 6) Movement of Landless Rural Workers (MST). 7) Future; 8) Relationship with the land: plantations.

Keywords: MST; Land; Labor; Capital; Decolonial; Redefinition.

Introdução

A democratização da posse e da propriedade de terra no Brasil, como em outras sociedades, tem representado lutas por reforma agrária, políticas públicas de assentamento e promoção da justiça social via

1 Graduação em Administração.

2 Doutor em Administração, professor adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.

3 Doutora em Administração, professora adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

4 Doutoranda em Administração pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo; Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV EAESP.

humanização do processo civilizatório (SANTOS, RIBEIRO, SANTOS, 2011). Os movimentos sociais em prol da redemocratização da posse de terra são, portanto, o resultado de uma luta travada por trabalhadores rurais engajados socialmente que buscam garantir seu direito de produzir e manusear a terra através dos assentamentos.

Assim, os assentamentos são entendidos como uma conquista resultante de muita luta dos movimentos sociais rurais, com maior efervescência na década de 1963. Contudo, com a ascensão do governo militar, esses grupos foram duramente oprimidos pela concentrada estrutura fundiária, modernização da agricultura pelos usos de insumos químicos e mecânicos (BERGAMASCO, 1997).

Na década de 1980 à 1990, os movimentos dos trabalhadores rurais ganharam maior expressão no campo e na cidade. Nesta época, um apelo à reforma agrária também representava um apelo à melhores condições de trabalho e resistência à exclusão social. Vale ressaltar que um dos pilares dos movimentos sociais rurais foi a questão da educação rural. A educação no campo não avançou tanto quanto nas cidades, conseqüentemente, a população do campo teve um menor acesso ao direito à educação básica (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2004).

Diante deste cenário, os assentamentos consistem em uma organização de caráter social e produtivo, com relações singulares em função de sua história e processo de concepção da terra e formação das estruturas de produção, distribuição e comercialização da produção familiar. Consideramos pertinente estudar o ser que passa a habitar e se relacionar nestes espaços de convivência e produção de subsistência. Desta forma, a problemática adotada neste estudo é como o MST ajudou os moradores dos assentamentos Primeiro do Sul e Nova Conquista II a resignificarem os fatores de produção terra, trabalho e capital? Nosso objetivo é compreender, sob a ótica dos estudos decoloniais, a resignificação dos fatores de produção no MST, bem como analisar essa resignificação nas experiências dos assentados.

A escolha destes assentamentos se deve à conveniência dos pesquisadores, bem como acesso à coleta de dados. Ademais, estes assentamentos são um modelo de sucesso em termos de funcionamento de novas estruturas de organização familiar. Os principais produtos cultivados são banana e café e a comercialização é efetuada por venda direta ao consumidor, pela Loja de Agricultura Familiar (na cidade de Campo do Meio, MG) ou pela Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio, ambas no estado de Minas Gerais. A pesquisa foi iniciada com um dos assentados mais antigos do assentamento Primeiro do Sul, criado em 1997, e os demais foram indicados recorrendo às premissas da técnica de coleta de dados Bola de Neve. Por fim, foram entrevistados 9 assentados, via roteiro semiestruturado.

Para análise de dados, empregou-se a técnica análise de conteúdo (BARDIN, 2004). A relevância deste trabalho consiste em compreender aspectos de resignificação dos fatores de produção terra, trabalho e capital, bem como a analisar a dimensão humana presente nas vivências cotidianas dos assentados.

O trabalho é estruturado, além das partes introdutórias, metodológicas, analíticas e conclusivas, em quatro eixos centrais, sendo: MST e estudos organizacionais, estudos decoloniais (abordagem teórica deste estudo), assentamentos rurais, e o lócus de pesquisa a cidade de Campo do Meio e os dois assentamentos nela localizados. Pretende-se, portanto com este artigo contribuir para o conhecimento interpretativo acerca do sujeito nas organizações, em especial, em assentamentos.

MST e Estudos Organizacionais

A realidade de opressão e de libertação no campo alimentaram um dos maiores princípios dos movimentos sociais rurais que é a educação e cultura no campo (BRANDÃO, 1983). No MST, o papel

formativo dos processos sociais é baseado no princípio do acesso à educação, no qual a pressão por políticas de expansão e melhoria da rede escolar pudessem garantir a todos o acesso à escola, ao conhecimento e à cultura (CALDART, 2000). Assim, a coletividade do movimento pauta-se na questão da formação social e cultural dos sujeitos, portanto o movimento torna-se fragmentado quando separado de sua pedagogia.

A concentração e improdutividade no Brasil possuem raízes históricas. O país está dentre os países com maior concentração de terras do mundo. A luta travada contra a mercantilização e apropriação das terras brasileiras remontam ao período colonial. Nesta época, os primeiros indígenas que concebiam a terra como um bem comum e coletivo foram alvos das demarcações territoriais dos portugueses (MST, 2014).

Em 1984, trabalhadores rurais protagonizaram a luta pela redistribuição de terras, o que convergiu no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Na época, eles decidiram “fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (MST, 2014, s.p). Segundo Meszaros (2000), as questões sobre a propriedade de terra no Brasil sempre foram um problema sensível. Mesmo com toda a mobilização, no ano seguinte - em 1985 - o governo em vigor optou por manter a autoridade dos latifundiários. Com isso, o movimento dos trabalhadores sem-terra persiste há mais de 30 anos no Brasil.

Atualmente, o “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST” tem sido pesquisado sob diversas perspectivas. Na literatura nacional, vale ressaltar os trabalhos seminais Brandão (1993) de Caldart (2000), Arroyo, Caldart e Molina (2004). No campo de estudos organizacionais, salienta-se a relevância de estudos como Meek e Simonian (2013), Flynn (2013), Diniz e Gilbert (2013), Tarlau (2013), Loundo (2009), Issa (2007) e Meszaros (2000).

Para Meek & Simonian (2016), movimentos sociais como o MST podem conduzir, por meio de uma estrutura ecológica política e educacional, a ocupação de espaços dialógicos estrategicamente ocupados para transformar territórios materiais e imateriais. Os espaços dialógicos têm uma função educacional que envolve formas críticas de comunicação entre os movimentos sociais e a sociedade. Desta forma, eles têm o objetivo de avançar a mudança social emancipatória (RULE, 2004).

De acordo com Flynn (2013), a atividade cultural do MST reflete um profundo envolvimento com a política cultural que impacta na expressão artística do grupo. O movimento, ainda, contribui diretamente para a delimitação e formação da identidade do “sem-terra”. A emergência do movimento encontra-se ancorado no catecismo da Igreja Católica em que se luta por justiça social e soberania popular: “o movimento tem que superar o sistema do capitalismo – é possível realizar” (FLYNN, 2013, p. 171).

Dentro da perspectiva cultural e política, cada militante do MST passa a oferecer seu carisma, talento ou habilidades. O conjunto desses elementos é chamado de mística do MST e desenvolveu-se a partir da teologia da libertação latino-americana (ISSA, 2007). A mística é experimentada como um elemento central do programa, símbolo da luta. É, também, estratégia física, tática e mental do movimento (BOGO, 2010), geralmente, interpretada como amor pela causa, solidariedade experimentada na coletividade e crença na mudança. Não se caracteriza como elemento emocional, mas também ancorada na práxis libertária de uma pedagogia e cultura desenvolvida pelo MST para construir sua identidade coletiva e preservar suas raízes culturais (ISSA, 2007).

A construção da identidade é como “a fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, 1999), assim, ela é um processo de construção de significado pelos atores sociais, com base em atributos culturais inter-relacionados que prevalecem sobre outras fontes de significados. A identidade cultural do ser sem-terra vem sendo construída, em meio a um processo histórico e o MST procura socializar a produção cultural, não como um processo da indústria cultural, na qual o público é uma massa passiva a

ser convencida e mantida inerte, mas socializa a cultura de forma a compartilhar, produzir arte e construir coletivamente. Neste processo, todos os envolvidos são transformados em sujeitos atuantes (MST, 2015).

Assim, quando o MST ocupa terras e forma comunidades agrícolas autônomas, eles aspiram a valores socialistas que pressupõem a supremacia do trabalho sobre o capital (DINIZ; GILBERT, 2013), bem como apoia iniciativas de educação por diversas formas de protesto (TARLAU, 2013). Todavia a política, para organizar cooperativas de produção nos assentamentos, de acordo com os princípios dos anos 1990, não prosperara, principalmente, por falta de respeito a formas tradicionais de trabalho e sociabilidade. Para superar este obstáculo do passado, o MST desenvolveu formas de cooperação informal e formal na terra baseado na propriedade comum e assentamentos democráticos (DINIZ; GILBERT, 2013). Santos (2017) observa que o MST se destaca como movimento social do campo brasileiro, lutando pela reforma agrária e a transformação da sociedade. Sob essa perspectiva, abordaremos os estudos decoloniais, peça chave na reflexão posta neste estudo. A seguir, explicamos sobre esta abordagem.

Estudos Decoloniais

Na abordagem decolonial pretende-se transcender a colonialidade ainda imbricada na modernidade como forma hegemônica de poder (DUSSEL, 2005; MIGNOLO, WALSH, 2007). Neste trabalho, observamos o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra como um movimento contra formas explícitas de homogeneização dos movimentos sociais. Ou seja, um movimento em favor do desenvolvimento de histórias subalternas locais e comunitárias (LOUNDO, 2009).

Acreditamos que a lente decolonial possibilitará uma compreensão sobre as vivências e percepções dos assentados sobre suas experiências cotidianas, além de possibilitar a superação da visão hegemônica e neoliberalista sobre os fatores de produção terra, trabalho e capital.

Para Dussel (2005), a colonialidade se expressa na modernidade, por meio de imposições de visões hegemônicas, que objetivam criar e dominar histórias subalternas. Logo, apesar do fim do colonialismo, ainda observamos relações coloniais no que tange à concepção sobre terra, trabalho e capital. No Brasil, por exemplo, “nem mesmo as transformações políticas e econômicas, para o desenvolvimento do capitalismo, foram capazes de afrontar a concentração de terras” (MST, 2014), uma herança histórica dos tempos coloniais. Assim, este poder não só sustentou as relações entre colônia e metrópole, como também sustentou o processo do avanço do capitalismo sob o sistema mundo-moderno (QUIJANO, 2005). Existe um deslocamento no conceito de modernidade que foi promovido por uma série de rupturas nos discursos sobre o conhecimento moderno. Dessa forma, não existe um homem universal e singular. Nossa identidade é formada socialmente, com base em vários processos históricos que são situados ao longo do tempo: desde o nascimento até a morte. Destarte, nossa identidade é formada e transformada no interior da representação cultural (HALL, 2006).

Essa invisibilidade das culturas dos outros esconde identidades e vidas que não pertenciam à representação eurocêntrica. O desenvolvimento da América Latina levou adiante a Teoria da Dependência, Teologia da Libertação e da Filosofia da Libertação em que se fazia opção pela vida como resposta aos projetos de morte (MIGNOLO, 2008).

É neste pensamento que vemos a importância de se resgatar a constituição histórica e geopolítica do MST. Por se tratar de um tema complexo e variável, dado as condições culturais de cada povo, merece ser repensado dentro das condições brasileiras de constituição das organizações. Esse movimento reflexivo exige a denúncia do silenciamento sistemático da fala subalterna. Em virtude da historicidade da condição

enunciativa, “cada enunciado – seja para expressar o poder, seja para confrontá-lo – é sempre resultado da maneira como o outro interpreta o signo lançado pelo sujeito”(CARVALHO, 2001, p. 125), para quem se constrói no lugar de poder, seja o colonialista, o imperialista, o escravista ou o latifundiário.

A seguir, descrevemos nosso contexto de estudo.

Assentamento rural

Assentamento rural é o nome que se dá a um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, as quais são instaladas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em locais em que originalmente havia um imóvel rural pertencente a um **único** proprietário.

Tais unidades denominam-se parcelas, lotes ou glebas, sendo repassadas a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. Além das unidades produtivas e de moradia, o assentamento possui áreas comunitárias e espaços para: a) construção de igrejas; b) centros comunitários; c) sede de associações, além de locais de preservação ambiental cercados e protegidos (INCRA, 2017).

Assim, o lote em um assentamento é uma unidade da agricultura familiar que demanda benefícios do governo, como escolas, estradas, créditos, assistência técnica, saúde etc. Há de se destacar que os trabalhadores rurais beneficiários do lote moram no lugar e o exploram para seu sustento, fazendo uso da mão de obra familiar. Até possuírem a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao INCRA, não podendo vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros (INCRA, 2017).

Em relação aos estudos sobre a temática do assentamento rural, Piccin (2012) observa que a bibliografia especializada destaca três ângulos de análise:

- a) territorialização, que, embora não represente uma desconcentração da posse da terra no país, modifica significativamente a estrutura agrária das regiões que os recebem, formando as chamadas manchas de assentamentos;
- b) alterações das condições de vida das famílias e indivíduos e as relações sociais mantidas interna e externamente aos assentamentos, sejam relacionadas à produção e cooperação, sejam relacionadas às sociabilidades;
- c) vivências e (re)significações de eventos sociais cotidianos e inusitados, quanto aos parâmetros de compreensão desses indivíduos, quando na fase da luta pela terra, os quais podem redefinir padrões de comportamento.

Girardi & Fernandes (2008) afirmam que a luta pela terra, por meio das ocupações e a criação de assentamentos rurais é uma forma de ressurgimento do campesinato, representando um momento da luta pela terra. A constituição de assentamentos é uma resposta do governo às ações dos movimentos socioterritoriais.

No Brasil, já se criou e reconheceu-se cerca de 9.000 projetos de assentamento, que foram criados a partir da posse do imóvel pelo INCRA. Publica-se, então, uma portaria na qual constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão dados para sua implantação. Os assentamentos podem ser divididos em dois grandes grupos (INCRA, 2017):

- a) projetos de assentamento de reforma agrária criados, por meio de obtenção de terras pelo INCRA, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PAs);

b) ambientalmente diferenciados, denominados Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF).

Esclarecidos os principais aspectos de um assentamento, pode-se analisar a cidade de Campo do Meio e os assentamentos em que foram desenvolvidas as entrevistas, conforme seção seguinte.

Campo do Meio, MG

A cidade localiza-se, no Sul de Minas Gerais, com área de 275,4 km² e uma população projetada de 11.856 pessoas (IBGE, 2017). O Produto Interno Bruto é de, aproximadamente, R\$ 100 milhões, sendo a agropecuária 20%, a indústria 7% e os serviços 73% (FJP, 2017). Na Figura 1, encontra-se o mapa de Minas Gerais ilustrando a região em que o município está inserido.

Figura 1. Localização do município Campo do Meio, MG.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Ssolbergj (2008) e Abreu (2006a, 2006b).

Campo do Meio transformou-se em município, em 1948, a partir de emancipação da cidade de Campos Gerais. Seu nome se deve ao fato de estar localizado na posição central dentre outras localidades: Campos Gerais, Campo das Flores, Campo Redondo e Campo Alegre. Sua origem remonta ao início do século 20, quando fazendeiros da região doaram terras para a criação de um novo povoado. Esses doadores se fixaram no lugar, erigindo a primeira capela. Depois disso, outras pessoas foram se instalando e habitando o lugar. Seu desenvolvimento posterior se deu em virtude da atividade agrícola. Com o surgimento da represa de Furnas, seus afluentes espalharam-se pelo município, favorecendo a atividade agrícola, que tem como principais produtos: arroz, cana-de-açúcar, cebola, feijão, milho e tomate (pequenos e médios produtores) e café (grandes produtores).

Assentamentos Primeiro do Sul e Nova Conquista II

Em fins do século 19 (antes do surgimento do povoado que viria a se constituir o município de Campo do Meio), foi criada uma usina de cana-de-açúcar, denominada Ariadnópolis, que se confunde com a história da cidade. Essa usina foi criada em 1896, entrando em declínio, a partir dos anos 1970 e falindo em 1996.

Com a falência da Usina, aqueles trabalhadores que não recebiam salários e perderam seus empregos identificaram, na região, uma fazenda denominada Jatobá (sem relação com a Usina Ariadnópolis), com área aproximada de 900 hectares que estava sem uso, com o proprietário devendo aos bancos públicos e em fase de cobrança. Essa fazenda foi ocupada, transformando-se no Assentamento Primeiro do Sul, cujo nome se deve ao fato de ser essa ocupação a primeira do Sul de Minas Gerais organizada pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em 1997, o Governo Federal desapropriou a fazenda, para fins de reforma agrária e fez o assentamento de 40 famílias.

Já em 2011, criou-se o Assentamento Nova Conquista II, que foi instalado na fazenda Ariadnópolis, com capacidade para 13 famílias. Os 300 hectares de essa fazenda foram doados ao INCRA pela Secretaria de Patrimônio da União. A área foi concedida à União em ação de execução fiscal por dívidas do antigo proprietário.

Nos assentamentos, as principais culturas são o café e a banana. Conforme observam Lucas & do Vale (2014), em 90% dos lotes estão presentes essas culturas. Isso se explica pelo fato de que a banana é plantada junto ao cafezal para protegê-lo do vento e das geadas. Outras culturas importantes são o feijão, milho, mandioca, abóbora, abacaxi e cana-de-açúcar. A comercialização dos produtos é feita por venda direta ao consumidor, pela Loja de Agricultura Familiar (na cidade de Campo do Meio) ou pela Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio. Com tais considerações, na seção seguinte, demonstra-se a trajetória da pesquisa.

Metodologia

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa e interpretativista. Na pesquisa qualitativa, busca-se uma compreensão particular do que se estuda, sem generalizações e leis, com o foco centrado no específico, no peculiar, no individual, na busca pela compreensão (BICUDO; MARTINS, 1989). No trabalho qualitativo um conjunto de técnicas interpretativa buscam descrever e codificar significados (MACEDO, BOAVA, CAPPELLE & OLIVEIRA, 2012)

A investigação teve início com um dos assentados mais antigos do assentamento Primeiro do Sul e as demais entrevistas foram realizadas a partir de indicações dos entrevistados. Desta maneira, optou-se, neste trabalho, em selecionar 9 assentados, sendo cinco homens e quatro mulheres, com idades variando de 29 a 65 anos de idade, dos dois assentamentos. A anonimato dos assentados foi assegurado. Os depoimentos foram enumerados de A1 à A9, de acordo com a entrevista e o número que o assentado recebeu na hora da análise.

Análise de dados

Os resultados obtidos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Bardin (2004, p. 47) define análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações[...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

A técnica de análise de conteúdo é composta por três fases. Primeira, pré-análise em que acontece a organização do material coletado, para torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Segunda, exploração do material, em que ocorre a definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro (unidade de sentido). Terceira, tratamento dos resultados, em que ocorre a inferência e interpretação, indo além do conteúdo manifesto na busca do conteúdo latente. Ocorrem aqui as interpretações inferenciais, por meio da intuição e da análise reflexiva e crítica.

Apresentação e interpretação dos dados

Apresentam-se as unidades de sentido identificadas, com base na análise de conteúdo efetuada, a saber: 1) Trabalho antes do assentamento. 2) Vida progressa. 3) Preconceito. 4) Luta pela terra. 5) Mudança e desenvolvimento. 6) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 7) Futuro; 8) Relação com a terra: plantações. Para exposição dos dados categorizados, apresentam-se excertos dos relatos.

Unidade de sentido 1. Trabalho antes do assentamento

Frases	Dep.
“[...] na época que vim aqui, eu tava mexendo com pedra”.	A1
“[...] nós tinha nossa casa lá, um comércio”.	A2
“[...] era trabalhador rural”.	A3
“[...] trabalhava em cerâmica”.	A5
“[...] sempre fui agricultor, trabalhava de assalariado”.	A6
“[...] trabalhador rural”.	A7
“[...] nós era da roça”.	A8
“[...] trabalhei 18 anos e pouco em cervejaria”.	A9

A primeira unidade de sentido indica que os sujeitos de pesquisa, ao analisar sua vida no âmbito do assentamento, estabelecem uma linha de comparação com suas atividades laborais desenvolvidas antes do assentamento. Observamos que essas lembranças fazem parte da construção de sua identidade enquanto ‘ser assentado’, sendo uma espécie de referência. Pontuam, assim, o começo da trajetória que os levou para o assentamento.

Ademais, esta unidade de sentido representa a ressignificação do trabalho não como fator de produção necessário ao mercado, como proposto pela Teoria Econômica Política Clássica de Adam Smith (LAZZARATO, 2008), mas como elemento fundante de toda a vida social. O destaque atribuído à atividade laboral, anterior ao assentamento, revela, ainda, a preocupação em destacar que os assentados, antes de conseguirem sua terra, não eram desocupados ou pessoas que visavam viver à margem da estrutura, sustentados pelo poder público, como a visão hegemônica tende a sustentar.

Os assentados atribuem novos sentidos ao que fora imposto pela sociedade como hegemônico e dominante (DUSSEL, 2005): trabalhar como assalariado. No movimento social, novas percepções sobre as experiências cotidianas vão aparecendo, bem como a construção de uma nova identidade (CASTELLS, 1999; HALL, 2006) pela emergência da identidade cultural do ser assentado (MST, 2015).

Em se tratando de vida progressa, os assentados relembram as inúmeras dificuldades enfrentadas para conseguir o próprio sustento. A questão do custo de vida na cidade moderna é destacada, além do estilo de vida diferenciado com poucas alternativas ao trabalho de subsistência. No relato “você não consegue, só trabalha para sobreviver”, percebemos a reflexão do assentado sobre o modo de vida operante na cidade. A ideologia proposta pelo MST é ocupar terras e formar comunidades agrícolas autônomas (DINIZ; GILBERT, 2013), não há necessidade de trabalhar para “fulano, depois de amanhã eu trabalho pra sicrano”.

Unidade de sentido 2. Vida pregressa

Frases	Dep.
“[...] rapaz, minha vida aqui é outra. Eu morava no Guapé, além deu ganhá três salários mínimos por mês, nas pedreiras... eu passava muito apertado. Você morar dentro da cidade, tudo que passa ocê compra, tem que comprar quase de tudo. É verdura, é fruta. O sustento de uma casa é tudo comprado, num tem como ocê plantá?”	A1
“[...] antigamente toda vida fui trabalhador rural e não é fácil, às vezes o trabalhador trabalha e trabalha pra manter a casa e você não consegue. Você num tem uma esperança que um dia você vai mudar de vida. [...] Você não consegue, só trabalha pra sobreviver. Só trabalha pra sobreviver, então a partir de quando você consegue ter um pedacinho de chão as coisas mudam ai você pode ter esperança. [...] Hoje eu vou trabalhar pra você, amanhã eu trabalho pra fulano, depois de amanhã eu trabalho pra sicrano”.	A3
“[...] nós tinha muita dificuldade porque a gente passava a vida com as bolsas que o governo dava mesmo. Acho que foi 4 anos ou mais só com as cesta que eles mandam. Nós não tinha terra pra plantar, daí nós ficava num lugar hoje, depois eles tirava e levava nós para outro lugar, então até nós vim aqui pra Campo do Meio nós andamos bastante [...]. E aqui em Campo do Meio que deu certo. Às vezes tem gente que fala aqueles sem-terra lá mal sabe como a gente começou. Eu fiquei quase 22 anos em uma firma aí me mandaram eu embora já com 40 anos já. Praticamente quase sem estudo. Não arrumava serviço nenhum. Os filhos crescendo. A última solução era a roça mesmo. Que na roça eu me viro e na cidade como eu ia fazer?”	A3

Por sua vez, a vida no campo, sem que se seja o proprietário da terra, também, é significada como custosa pelos assentados. Existe uma “exclusão social dos pequenos produtores rurais face à modernização agrícola” (Fontoura & Naves, 2016, p. 331). O trabalho do agricultor rural empregado em fazendas é subvalorizado e, muitas vezes, explorado ao extremo. “O MST reconheceu a oportunidade de minar o capitalismo coletivizando seus assentamentos para que eles sejam materialmente autossuficiente e politicamente subversivo” (DINIZ; GILBERT, 2013).

Assim, os movimentos sociais, no campo rural, podem promover resistência à hegemonia do agronegócio, a partir da reconstrução de diferentes aspectos da realidade social na região (FONTOURA; NAVES, 2016).

Unidade de sentido 3. Preconceito

Frases	Dep.
“[...] nós foi o primeiro a chegar. Você chega ao município onde o pessoal via a coisa só na televisão. Você quebrar esse preconceito do princípio é difícil até hoje, é muito difícil, mas esse preconceito sempre vai ter. Mas hoje é menos [...] Então você vai quebrando aos poucos e também é culpa daquela cultura que tem. Vamos supor. Uma cidade de fazendeiros toda vida dominou os fazendeiros. Era a usina [...], uma cidade de latifúndio. Você quebrar isso aí não é fácil”.	A3
“[...] quando a gente chegou aqui nessa cidadezinha pequena, não fomos muito aceitos. As pessoas tinha meio que preconceito, achava que os sem-terra era tudo ladrão. Teve um [dia] Chegamos na casa dela, no comercinho dela: -Boa tarde. Já olhando atravessado. Daí eu disse: -escuta aqui, quanto tá o toicinho. Ela disse: -R\$ 2,50. -Dá 3 quilos pra mim. Ela: -donde são vocês? Eu tinha chegado há um dia. Eu disse: -tô ali no sem-terra. Ela disse: -credo, cruz. Cuspiu lá. Eu num gosto desse povo não.	A5
“[...] minha menina quando tinha 9 anos ela vinha chorando. Porque ela era sem-terra e na escola era um preconceito tão grande que ela vinha chorando [...] não queria estudar mais”.	A8

Emerge como uma relevante unidade de sentido a questão do preconceito enfrentado pelos sujeitos de pesquisa em decorrência de sua condição de sem-terra, agora assentado. Nesta unidade, percebemos que o assentado é tratado como como subalterno (ou seja um sujeito marginalizado). Tal interpretação é possibilitada a partir da lente decolonial que orientou as análises deste texto. Assim, o ser sem-terra é frequentemente inferiorizado pelo imaginário do sistema moderno/colonial como o incapaz de pensar por si, incapaz de se organizar e lutar por seus direitos. Este, estaria submetido à colonialidade do ser, no qual o colonizador, entendido aqui como o atual sistema econômico global, “impõe-se sobre os outros, exercendo, assim, um controle e perseguição de diferentes subjetividades” (WALSH, 2007, p. 105).

Na perseguição de diferentes subjetividades (Mignolo, 2003), nascem estereótipos como “sem-terra era tudo ladrão”, “eu não gosto desse povo não” que criam imagens rejeitadas ou ignoradas pelas massas. A indústria da comunicação apoia essa diferença colonial, ao reforçar tais caracterizações, como podemos perceber em “o pessoal via a coisa só na televisão”. As mídias sobre o agronegócio criam uma concepção sobre o modo de vida camponês e ou agronegócio, em que o produtor agrícola, o latifundiário moderno é reconhecido como parte da sociedade culta, anda de botas limpas e belos chapéus (MST, 2015).

Os assentados relatam que os moradores do município de Campo do Meio os significavam como pessoas sem renda, educação, de reputação duvidosa. O assentado 5, por exemplo, revela que uma vendedora cuspiu no chão em sinal de rechaço aos sem-terra. A dimensão deste preconceito é tão profunda que afeta as crianças do assentamento que estudavam em escolas de Campo do Meio, como expõe o assentado 8. Desta forma, os assentados enfrentam um estigma social que, mesmo após receberem a terra e produzirem com dignidade, ainda são vistos como seres à margem da sociedade.

Unidade de sentido 4. Luta pela terra

Frases	Dep.
“[...] a busca pela terra, não foi criado hoje. Ela veio lá do tempo da bíblia. Lá atrás! De lá! Depois passou pra Moisés, Josué, aí hoje está nas mãos dos sem-terra - MST - uma coisa legítima, justa. Ninguém tá na luta pela terra por brincadeira, ninguém!”	A1
“[...] eu busquei o que eu sonhei; era voltar a pisar a terra. Sonho realizado! E muito das pessoas que tão hoje como sem-terra é isso, ele foi expulso da terra pelo êxodo rural, aí ele retorna feliz, mesmo eu sou feliz de estar aqui. Feliz de não ter uma fábrica pra me engolir às 7 da manhã e em vomitar só às 5 da tarde; eu não ver o sol, não ver o céu a natureza”.	A4
“[...] a gente enfrenta uma democracia muito grande, uma resistência muito grande. Porque o latifúndio é muito forte. Então pra gente encarar um negócio desse aqui, tem que gostar e ter muita coragem. Que isso aqui é tipo uma doença, depois que você entra parece que corre no sangue”.	A5
“[...] o que a gente consegue é num conflito direto, tá entendendo, para rodovia, ocupar prédio público, enfrentar a justiça, denunciar o governo. Aí sai alguma coisa. Aí tem conquista de desapropriação de terra”.	A6

No processo de análise sobre o ‘ser assentado’, percebemos as marcas presentes no tocante à participação no movimento social de luta pela terra. Nesta unidade, entendemos a ressignificação da terra, que representa agora mais que um fator de produção.

A terra está ligada à luta, a um movimento social de resistência, sendo apreendida como espaço e produto das ações humanas, cujos sistemas e objetos circundam as relações sociais, o espaço implica, portanto, a noção de vida social (LEFEBVRE, 1991). O espaço social como um produto social (LEFEBVRE,

1991), fruto das relações dos homens com a natureza (SANTOS, 1988), em que configurações territoriais são legitimados por grupos específicos, por meio de práticas simbólicas que constituem uma determinada identidade (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014).

Assim, a relação entre identidade e territorialidade é produzida não só por determinações econômicas capitalistas, que visam ao acúmulo de capital, mas também por fatores relacionados à tradição, à simbologia e ao estilo de cada territorialidade (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014). Pode-se imaginar que o assentado, por já possuir a sua terra, pararia de se preocupar com as pessoas que continuam na luta pela conquista da terra. Contudo, nestes relatos, ficam claros o valor e a preocupação que o ‘ser assentado’ ainda possui em relação à luta pela terra.

As dimensões de luta pela reforma agrária e fim dos latifúndios estão intrínsecas ao ‘ser assentado’, estando presente em seus diálogos e preocupações cotidianas. Ou seja, mesmo com terra, o ‘ser assentado’ é um eterno combatente pela terra. Isto se deve pelo fato de a terra ser mais que um espaço concreto pelo qual se tem propriedade, consistindo em um meio de se ter vida e dignidade.

Unidade de sentido 5. Mudança e desenvolvimento

Frases	Dep.
“[...] rapaz, num mudou 100 por cento, mudou mais de 20 mil por cento! Dali eu tenho tudo, eu tenho minha casinha pra morar, eu tenho água encanada em casa, eu tenho luz, ali tem de tudo. Graças a Deus, tem tudo”.	A1
“[...] Seus filhos não ficam sem comida aqui.”	A2
“[...] quando nós chegamos aqui lá em 96, não tinha nada. Nós estruturou tudo, o lote, os nossos 12 hectares, tudo cercado, tudo plantado de café, eucalipto. E hoje nós tem trator, 2 carros, moto, pra quem chegou sem nada?”	A3
“[...]Qualidade de vida. Ter um lugar pra criar uma galinha, comer um ovo. Ter lugar pra gente criar um animal, uma vaca pra gente tomar o leite”.	A5
“[...] se não fosse o assentamento hoje [...], não conseguia constituir a família que eu tenho. O assentamento me deu oportunidade de colher, plantar e sustentar minha família. E se fosse trabalhador rural eu estaria ganhando salário mínimo e aí não tinha condição de criar 4 filhos”.	A7
“[...]Porque a gente sabe que tá na constituição direito de nós conquista um pedaço de terra [...] depois que você é assentado, você tem um documento na mão, você tem uma rede de energia [...] Isso é uma conquista, é uma alegria. Aí você tá ali trabalhando, vê seu menino perto de você [...] Aqui na roça é só fartura... Você ter uma galinha pra você comer e não precisar comprar. Você tem um porco, você tem um feijão que você planta, você tem um arroz que você planta, um milho na época de milho verde você tem pra você comer. Você planta alho, você planta gengibre, você planta cebola. Então é fartura. Aqui tem um monte de cebola plantada ali que vai ter que sair doando para as pessoas de tanto que tem”.	A8
“[...] a gente até já comprou 2 vacas”.	A9

A questão da mudança e desenvolvimento emerge como a quinta unidade de sentido, evidenciando, por unanimidade, a incidência de mudanças positivas para a família após o assentamento. O ganho material é destacado de forma orgulhosa pelo ‘ser assentado’, como se estivesse mostrando que todo o tempo somente precisava da terra para começar a progredir e sustentar sua família.

Nisto reside a resignificação do capital entendido aqui como desenvolvimento. Não está vinculada à lógica neoliberal, com vista ao processo de acumulação do capital. Não existe um valor fetichista sobre a mercadoria que é plantada. Logo “a fartura da roça” não significa a entrada da mercadoria, na circulação de mercado, em que o capitalista consegue vender suas mercadorias e as reconverte “em capital a maior parte do dinheiro assim obtido” (MARX, 2013, p. 777). Assim, a posse da terra é considerada o marco, o ponto de partida para o crescimento material e, também, humano. Um crescimento não ligado ao acúmulo, já que “a fatura da roça” é tanta que “vai ter que sair doando para as pessoas de tanto que tem”. Nesta ceara, a cebola não possui valor de uso e troca que culmina em dinheiro. Ela possui o valor humano de repartir o que se tem em sobra.

A dimensão humana do ganho com o assentamento relaciona-se ao poder dar à família condições de vida digna, como alimento, moradia e educação. Este processo mostra a saída do ‘ser assentado’ da margem da estrutura social.

Unidade de sentido 6. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Frases	Dep.
“[...] lutei muito e faço parte até hoje [...] Conseguir terra tem que lutar, todo mundo tem que lutar! Mais eu espero! Eu talvez não veja, mas você, meus filhos, meus netos podem ver. Eu espero não ver muita gente escravizada nas fazendas, não é aquela escravidão de ir pro tronco, mas continua uma escravidão. Se eu for trabalhar pro X, por exemplo, eu sou obrigado a tá lá 7 horas e parar às 5h da tarde.	A1
“[...] conhecer o movimento como o nosso MST começa entender que a gente não é badernoso. Que a gente vai numa marcha, que a gente luta, que a gente entra num gabinete, que a gente fala grosso, é pra enxergar as nossas desvantagens”.	A4
“[...]Eu tenho que lutar para todos serem assentados. Faço parte do movimento. Nós estamos aqui pra dar total apoio a quem tá chegando. E ajudar quem tá por aqui.	A5
“[...] eu fui militante durante uns 8, 10 anos”.	A7
“[...] faz 9 anos que a gente tá aqui, nós tivemos um despejo em 2009, aí quando nós passou pelo despejo, nós entramos aqui no dia 31 de agosto de 2009. O despejo foi no lá no Tiradentes. A gente morava no Tiradentes (Tiradentes – acampamento). Aí veio despejando de lá, aí foi despejado do Rosa (Rosa de Luxemburgo – acampamento), dói ser despejado”.	A8

O MST, enquanto organização social, emerge como a sexta unidade de sentido, reforçando o sentimento de pertencimento por parte do ‘ser assentado’. Há uma preocupação em mostrar que o movimento não é composto por pessoas de má índole, bagunceiras e contra a propriedade privada. Ou seja, é necessário romper com o estereótipo atribuído pelos grupos dominantes (MIGNOLO, 2003; WALSH, 2007).

Dessa forma, os assentamentos rurais representam, sob o ponto de vista das famílias assentadas, uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo e sobre o trabalho (BERGAMASCO, 1997), como podemos perceber no relato 1 “sou obrigado a tá lá 7horas e parar às 5h da tarde”.

Unidade de sentido 7. Futuro

Frases	Dep.
“[...] eu espero mais qualidade de vida. Pra gente se manter na roça. É uma qualidade melhor do que na cidade [...]. Na cidade você tem que comprar tudo”.	A2
“[...] Não é enriquecer, mas ter um pouco mais de dignidade. Viver uma vida mais tranquila. Você poder estudar mais, estudar nossos filhos, conhecer mais as coisas [...]”.	A3
“[...] eu pessoalmente, a minha luta nunca termina [...] a luta continua. [...] Passar consciência tanto pra aquele que tá em cima da terra e pros companheiros que são urbanos, quebrando esses estigmas que é o próprio sistema que impõe. Tipo assim uma Rede Globo fala de nós, [...] só no sentido pejorativo, mas a gente sabe que tá atrás dos poderosos [...]”	A4
“[...] E a melhoria é a gente se manter bem. Não ter padrão e acabar com esse negócio, a gente tentar produzir para as pessoas que têm fome. A gente produz alimento mais saudável pra gente comer. Aqui a gente sabe como o que planta. O que usa na terra”.	A5
“[...] terminar a nossa casa que estamos fazendo lá em cima, entrar numa casa melhor e confortável e dar estudo para os filhos e tocar nossa vida com umas vacas e melhoria [...]”	A8

O futuro se manifesta na vida do ‘ser assentado’ como uma esperança de dias melhores. Com isso, visualiza-se que, para estes sujeitos, ter conseguido a terra não foi um fim em si mesmo, mas o meio para se progredir e continuar sempre lutando para crescer. Desta maneira, a constituição de um assentamento rural faz parte de um processo de disputa territorial que possibilita um resgate do modo de vida camponês, possibilitando o acesso à terra. Não é a simples concessão de um pedaço de terra aos camponeses com pouca ou sem terra, mas, sim, um território em que se desenvolvem relações de vida e produção originais (COCA; FERNANDES, 2009).

Esta unidade de sentido revela que o ‘ser assentado’ não permanece acomodado pela conquista da terra, mas estimulado a produzir e lograr êxito com os resultados provenientes deste trabalho.

Unidade de sentido 8. Relação com a terra: plantações

Frases	Dep.
“[...] aqui planta de tudo! Feijão, milho, arroz, banana, mandioca, café. Planta de tudo”.	A1
“[...] nós plantamos goiaba, tem quase 100 pé. Banana, maracujá só que ainda num tá produzindo, feijão, batata, mandioca”.	A2
“[...] nós produz café, feijão, milho. No meio do café, gado, abelha e peixe [...] O café é o carro chefe. Entre o café você começa a produzir outras coisas. Pra poder manter. Porque café é por ano, e tem coisa mensal, porco, galinha pra manter”.	A3
“[...] nós produzimos banana, tô produzindo uma horta de repolho, couve, alface, pra ir quebrando o galho. Mandioca, milho e feijão [...] pimentas”.	A5
“[...] café, feijão, hortaliça, leite, carne”.	A6
“[...] café, feijão, arroz, milho”.	A7
“[...] nós tá com um cafezinho plantado. Nós produz mandioca, abobora, [...] feijãozinho [...] milho, nos produz muito leite. Cria muita galinha que é uma coisa boa pra comercializar. Frango caipira. Porco nós criamos só pra nós comer mesmo [...] tudo orgânico [...]”	A8
“[...] café, milho, banana, feijão, mamão. Hoje tá mais mamão e banana”.	A9

Por fim, na oitava unidade de sentido revela-se que o 'ser assentado' possui uma relação muito próxima com o produto que vem da terra. As plantações indicam que o 'ser assentado' realmente vive daquilo que ele planta e colhe. Ou seja, a terra tem um valor profundo para o 'ser assentado', sendo quase sua extensão. A produção, além do seu valor nutricional, encontra-se imbuída de subjetividade, pois reflete a luta de um povo pelo seu lugar no mundo. O produto bem produzido é a realização plena para o 'ser assentado', pois representa sua vitória, sua trajetória existencial.

Esses elementos reforçam nosso argumento da construção da identidade do ser assentado como fonte de significado e experiência de um povo (CASTELLS, 1999). Acreditamos que a identidade cultural do ser assentado vem sendo construída, em meio a um processo histórico, em que o MST procura socializar a produção cultural (MST, 2015), ocupando terras e transformando-as em comunidades agrícolas autônomas, o que pressupõe a supremacia do trabalho sobre o capital (DINIZ; GILBERT, 2013), bem como iniciativas de educação por diversas formas de protesto (TARLAU, 2013).

Síntese das unidades de sentido

A partir de uma análise integradora das 8 unidades de sentido identificadas, foi possível construir um panorama sobre o 'ser assentado'. Este sujeito é marcado por uma trajetória de vida combativa, na qual se buscam condições para sustentar e manter a família. Tal trajetória, na maior parte das vezes, não teve início no Movimento dos Sem Terra, o 'ser assentado' apresenta uma história pregressa de trabalho assalariado no campo ou na cidade. Esta questão mostra que a ida para o Movimento dos Sem Terra ocorre após outras tentativas de construir sua vida. Isso é mencionado para evidenciar o caráter trabalhador do homem que luta pela terra.

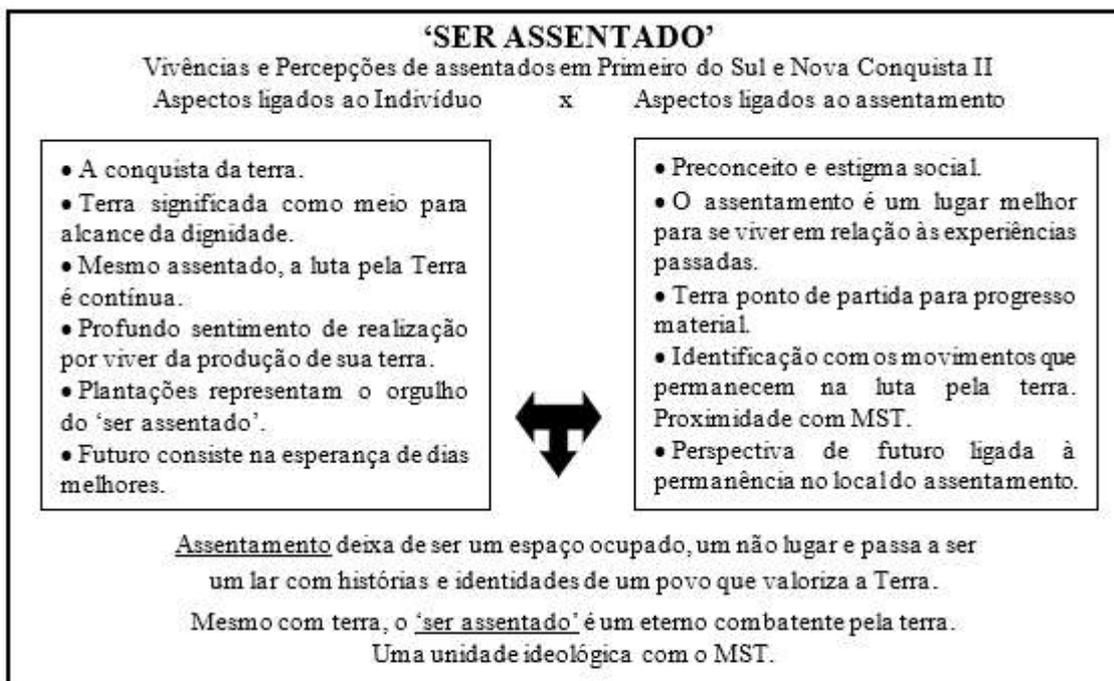
No mais, a questão do preconceito enfrentado por quem reside em assentamentos é pontuada. Os assentados são vistos com desconfiança, significados como pessoas de má-índole que querem ganhar a vida de forma fácil ou violenta. Em relação à luta pela terra, visualiza-se que ela é uma constante, a união e a sensibilização por pessoas que permanecem sem terra estão sempre presentes no cotidiano dos assentamentos.

Neste sentido, o 'ser assentado' mantém profunda admiração e relacionamento com o MST, pois sente ser parte deste movimento. Logo não há uma separação entre os assentados e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, persistindo uma unidade ideológica.

Quanto à mudança e desenvolvimento no assentamento, as unidades de sentido indicam que os assentados transformaram a terra em fonte de ganho material e imaterial. Fala-se em estudos, casa, moto, carro, viagens, tratores, isto é, a terra não é um fim para o 'ser assentado', mas um meio para obter renda para sustento de sua família.

Para o futuro, o 'ser assentado' visa permanecer no assentamento em busca de dias melhores, pois a esperança sempre permeia suas relações e vida cotidiana. Vale pontuar que nenhum sujeito colaborador desta pesquisa menciona o desejo de mudar do assentamento ou partir daquele lugar de alguma forma. Assim, o espaço que começou como um ambiente improdutivo, desapropriado de alguém por falta de uso produtivo da terra e designado àquele grupo de famílias sem-terra, acabou por se configurar em um lar, dotado de histórias, experiências, vidas.

Diante deste panorama geral acerca das vivências e percepções do 'ser assentado', apresenta-se a Figura 2 com um esquema sintetizador dos principais aspectos relacionados a este indivíduo e seu local de moradia, os assentamentos.

Figura 2. Síntese das Vivências e Percepções do ‘Ser assentado’

Fonte: elaborado pelos autores.

Toda essa construção social do ser assentado está ligada à idealização e conciliação da reforma agrária no país, algo polêmico e em constante processo de desenvolvimento e transformação, com avanços e retrocessos concomitantes.

Considerações finais

Neste artigo, nossa proposta foi compreender como o MST ajudou os moradores dos assentamentos Primeiro do Sul e Nova Conquista II a ressignificarem os fatores de produção terra, trabalho e capital. Dessa forma, buscamos refletir essa ressignificação sob a ótica dos estudos decoloniais, bem como analisá-la nas experiências dos assentados.

Como resultados, evidenciaram-se oito unidades de sentido, dentre as quais se destacaram 3 unidades: 1) Trabalho antes do assentamento. 4) Luta pela terra. 5) Mudança e Desenvolvimento que estão ligadas ao processo de ressignificação dos fatores de produção. Dessa forma, o trabalho no assentamento não é visto como fator de produção necessário ao mercado (segundo uma perspectiva da teoria clássica econômica de Adam Smith). O trabalho se torna o elemento fundante da vida social, é por meio dele que o assentado se realiza. No que tange à ressignificação da terra, ela passa a representar a luta de um movimento social de resistência, sendo entendida como espaço e produto das ações humanas. A ressignificação do capital, por sua vez, está expressa na unidade de sentido mudança e desenvolvimento em que a concessão da terra é considerada um marco, o ponto de partida para o crescimento material e humano.

As unidades restantes estão ligadas à nossa reflexão decolonial com vista à valorização de identidades políticas e sociais no contexto das organizações dos movimentos sociais. A abordagem decolonialista visa à construção de reflexões políticas fundamentadas em identidades, que tiveram sua humanidade negada, reconhecendo, portanto, as identidades políticas e sociais. As memórias na América Latina, por exemplo, foram registradas pelas instituições imperiais, de forma que marginalizaram social e politicamente os sujeitos. Assim, a razão imperial se afirmou como identidade superior ao instituir construtos inferiores (MIGNOLO, 2008).

Como síntese de análise, apresentamos um panorama sobre o ‘ser assentado’ e concluímos que ele está em processo de construção de sua identidade, sempre relacionando aspectos de sua vida pregressa com a atual. Enfrenta o preconceito e se preocupa com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, além de utilizar a terra como meio de desenvolvimento material e imaterial, com esperanças de um futuro melhor. Dessa forma, o assentamento, que era estigmatizado pelos outros como espaço de “ladrões”, sem história e identidade, vai se configurando em um estilo de viver para os assentados. Um local em que eles pretendem permanecer e ampliar suas conquistas.

Referências

- ABREU, R. L. **Brazil State Minas Gerais.svg**. Disponível em: <<https://bit.ly/2VDj606>>. Acesso em: 8 out. 2018.
- ABREU, R. L. **MinasGerais Municip CampodoMeio.svg**. Disponível em: <<https://bit.ly/2UhK2Cs>>. Acesso em: 8 out. 2018.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART Roseli Salete; MOLINA Mônica Castagna (Orgs.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos avançados**, v. 11, n. 31, p. 37–49, 1997.
- BICUDO, M.A. V.; MARTINS, J. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Ed. Moraes, 1989.
- BOGO, A. **A mística: parte da vida e da luta**. Disponível em: <<https://bit.ly/2TwQTL0>>. Acesso em: 8 out. 2018.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “**Casa de escola**”: cultura camponesa e educação rural. Papius, 1983.
- CARVALHO, J.J. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes antropológicos**, v. 7, n. 15, p. 107–147, 2001.
- CASTELLS, M. O poder da identidade. Volume II ed. [S.l.: s.n.], 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/2Hf4fF7>>. Acesso em: 9 out. 2018.
- COCA, E. L. F.; FERNANDES, B. M. Assentamentos rurais: territórios do território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná. **Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, v. 5, 2009.
- DINIZ, A.S.; GILBERT, B. Socialist Values and Cooperation in Brazil’s Landless Rural Workers. **Movement. Latin American Perspectives**, v. 40, n. 4, p. 19–34, 2013.
- DUSSEL, E. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In. LANDER, E. (2005) **Colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires; Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, p. 55-70, 2005.
- FJP. Produto Interno Bruto. Disponível em: <<https://bit.ly/1GoOrsd>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- FLYNN, A. Mística, myself and I: Beyond cultural politics in Brazil’s Landless Workers’ Movement. **Critique of Anthropology**, v. 33, n. 2, p. 168–192, 2013.
- FONTOURA, Y.; NAVES, F. Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramsciana. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 329–347, 2016.
- GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 8, p. 73–98, 2008.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. [S.l.]: TupyKurumin, 2006.
- IBGE. **Campo do Meio**. Disponível em: <<https://bit.ly/2tObI6l>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- INCRA. **Assentamentos**. Disponível em: <<https://bit.ly/2TiDG9p>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- ISSA, D. Praxis of Empowerment. **Latin American Perspectives**, v. 34, n. 2, p. 124–138, 2007.

- LAZZARATO, M. Biopolítica/Bioeconomia. In: FRICHE, I. C. P. **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. [S.l.]: Blackwell, 1991.
- LOUNDO, D. The Landless Movement in Brazil (MST): Epistemological Implications and Double Translation. **Contemporary Perspectives**, v. 3, n. 1, p. 82–91, 2009.
- LUCAS, K. S.; DO VALE, A. R. Assentamento Primeiro do Sul: passado de luta, presente de resistência e futuro de incertezas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 7–22, 2014.
- MACEDO, F. M. F. et al. Relações de Gênero e Subjetividade na Mineração: um Estudo a partir da Fenomenologia Social. **RAC**, v. 16, n. 2, p. 212–236, 2012.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEEK, D.; SIMONIAN, L. T. L. Transforming space and society? The political ecology of education in the Brazilian Landless Workers' Movement's Jornada de Agroecologia. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 35, n. 3, p. 513–532, 2016.
- MESZAROS, G. No Ordinary Revolution: Brazil's Landless Workers' Movement. **Race & Class**, v. 42, n. 2, p. 1–18, 2000.
- MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 34, p. 287–324, 2008.
- MIGNOLO, W.D. Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. **Cultural studies**, v. 21, n. 2–3, p. 449–514, 2007.
- MIGNOLO, W. D. **Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MST. **A identidade cultural do ser Sem Terra**. Disponível em: < <https://bit.ly/2C5ByHf> >. Acesso em: 9 out. 2017.
- MST. **Nossa História**. Disponível em: < <https://bit.ly/2DQriV8> >. Acesso em: 5 out. 2018.
- PICCIN, M. B. Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. **Economia e sociedade**, v. 21, n. 1, p. 115-141, 2012.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (2005) **Colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires; Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, p. 227-278, 2005.
- RULE, P. Dialogic spaces: adult education projects and social engagement. **International Journal of Lifelong Education**, v. 23, n. 4, p. 319–334, 2004.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Reginaldo Souza; RIBEIRO, Elizabeth Matos; SANTOS, Fernanda Chagas Silva. O problema administrativo na política de assentamentos do Brasil: o caso da fazenda Cascata na Bahia. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 1, p. 141-157, 2011.
- SARAIVA, L.A. S.; CARRIERI, A. P.; SOARES, A. S. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. **RAM** v. 15, n. 2, p. 97–126, 2014.
- SSOLBERGJ. **Ficheiro:Brazil (orthographic projection).svg**. Disponível em: < <https://bit.ly/2HiEvaP> >. Acesso em: 10 out. 2018.
- TARLAU, R. Coproducing Rural Public Schools in Brazil. **Politics & Society**, v. 41, n. 3, p. 395–424, 2013.
- WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas (Col)**, n. 26, 2007.

Submetido em: 05.03.2019

Aceito em: 28.07.2010